

A integração regional na porção setentrional da América do Sul e a modernidade capitalista na metrópole manauara

André Carvalho

✉ alcarval@gmail.com

Resumo

A intensificação do processo de internacionalização da Amazônia relaciona-se a diferentes acordos e blocos econômicos, com desdobramentos sobre Manaus. Nesse sentido, internacionalização e metropolização se colocam enquanto processos simultâneos no caso de Manaus, à medida que esta última acaba exercendo papel de polo, face aos investimentos estrangeiros e mesmo de grandes grupos nacionais. O processo de metropolização verificado atualmente em Manaus vem acarretando o aprofundamento da implantação da modernidade capitalista, caracterizada pela imposição de um modo de vida urbano que tolhe a maioria da população da região dos reais benefícios que esse modo de vida pode oferecer. É a partir daí que a modernidade capitalista amplia a segregação socioespacial. Dessa maneira, a atual metropolização manauara é marcada tanto pela privatização dos serviços essenciais à população, como a oferta de água e esgotamento, quanto pela ampliação de sua periferia. A integração proposta para os países sul-americanos que compõem a Amazônia, a partir da IIRSA, levanta tanto posições a favor quanto contrárias. Nesse sentido, programas como a IIRSA devem ser analisados levando em conta a ameaça causada aos modos de vida tradicionais da região, bem como à própria soberania do Brasil.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: integração regional, modernidade capitalista, metropolização, periferia.

Introdução

Metrópoles apresentam características comuns, como o cosmopolitismo ou a convivência de diferentes culturas, a polarização do ponto de vista econômico, cultural, administrativo, a concentração populacional, o fortalecimento da ideologia da propriedade privada, dentre outros.

Remetendo-se aos países não desenvolvidos ou, em alguns casos, países em desenvolvimento (como o Brasil), surge uma característica em comum em relação às metrópoles destes grupos de países: o seu rápido crescimento associado a uma destacada segregação socioespacial, resultante principalmente da forte influência da propriedade privada enquanto instituição. Esse é um aspecto que faz com que as metrópoles se apresentem como centralidades que comportam outras centralidades inscritas em seu espaço. Estas últimas derivadas da ação dos mais variados tipos de capital que veem na metrópole o “ambiente” ideal para sua reprodução. A esse respeito, cabe ainda destacar as amplas possibilidades de associações de diferentes capitais que, se não se trata de um fenômeno exclusivo do território da metrópole, ao menos ocorrem aí com mais frequência, mesmo levando-se em conta os processos verificados atualmente na agricultura comercial, que também apresentam associações envolvendo diferentes tipos de capitais.

Outro aspecto a merecer destaque diz respeito às transformações nas tendências do processo de metropolização verificadas nas últimas décadas (aqui, já levando-se em conta o caso específico do Brasil).

As metrópoles brasileiras vêm registrando um comportamento peculiar em termos de crescimento: enquanto as metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro, foram desacelerando o seu ritmo de crescimento nas últimas décadas, cidades médias e até algumas metrópoles regionais passaram a registrar aceleração no seu crescimento. Diferentes fatores concorrem para essa nova tendência; no entanto, ao se debruçar sobre a Região Norte do Brasil, torna-se inevitável a associação entre internacionalização da Amazônia e sua integração em nível regional e nacional. A reboque, verifica-se a intensificação do (recente) processo de metropolização de Manaus.

Até algumas décadas atrás, a condição de metrópole na Região Norte do Brasil só era concedida à cidade de Belém, capital do Pará. Segundo dados do Censo do IBGE, em 2000, a população de Manaus era de 1.405.835 habitantes, passando a ser de 1.805.525 habitantes em 2010, o que representa um crescimento de 22%.

Quanto ao desempenho econômico de Manaus, um exemplo que pode ser emblemático no sentido de influenciar o crescimento populacional acima exposto é o expressivo aumento da atividade industrial a partir da criação da Zona Franca de Manaus, no ano de 1967.

No entanto, os resultados sobre a atividade industrial em Manaus, registrados nas últimas décadas, apresentaram-se ainda mais expressivos. Quanto ao crescimento populacional, Manaus deu um salto ainda mais relevante, levando-a à condição de metrópole. Esse movimento reforça a tendência aos novos usos e ocupações ao longo do vasto território brasileiro, agora com um peso relativamente menor sobre o Centro-Sul, a despeito da continuidade de sua hegemonia econômica.

Pode-se afirmar que as recentes transformações verificadas em Manaus, em termos populacionais e econômicos, refletem essa nova etapa de intensificação da presença de grandes interesses econômicos sobre outras porções do território brasileiro. Além do crescimento populacional acima exposto, os dados sobre crescimento da atividade industrial em Manaus contribuem para a visualização dessa tendência: se, no início da década de 2010 foram registrados 400 estabelecimentos industriais, já no final da mesma década esse número chega a 550¹.

Ao se comparar o processo de metropolização em São Paulo e, agora, em Manaus, é possível estabelecer uma análise em que se pautam tanto as diferentes etapas de inserção do Brasil no circuito capitalista mundial, quanto às transformações ocorridas internamente no sentido de favorecer o processo produtivo capitalista. Isto posto, verifica-se que as características geográficas marcantes do território brasileiro, como a sua extensão associada às amplas possibilidades de sua exploração e, mais recentemente, o potencial de seu mercado interno, apresentam-se enquanto fatores determinantes para a análise das recentes transformações aqui apontadas.

Por outro lado, as características geográficas também se apresentaram como cruciais do ponto de vista geopolítico: manter a coesão de um vasto território que, desde o seu período colonial, apresentava possibilidades de exploração, mas também uma miríade de peculiaridades geográficas locais e regionais, além de peculiaridades sociais, políticas e econômicas, se revelaram um enorme desafio.

É nesse sentido que, objetivando analisar a metrópole de Manaus hoje, não se deve perder de vista a questão da dimensão territorial brasileira enquanto

1 Dados apresentados no *site* <http://exame.abril.com.br>, consultado em 26/02/2012.

componente fundamental das questões envolvendo a integração sul-americana e, no caso específico, a porção setentrional do território brasileiro e os países com os quais aí fazemos fronteira.

Sendo a dimensão territorial do Brasil um componente fundamental para essa discussão, torna-se necessário apresentar resumidamente o caráter geopolítico aí envolvido, já que Manaus está inserida na Amazônia, uma vasta região que abrange também países vizinhos, levando à necessidade de discussão dos processos decisórios a partir de uma perspectiva multilateral. Há que se ressaltar os sempre presentes interesses estrangeiros sobre a Amazônia, dado que se apresenta como um complicador a mais para o processo de integração regional sul-americana. Daí a necessidade de se incorporar também a essa discussão, a questão da internacionalização da Amazônia.

É nesse sentido que a metropolização recente de Manaus será aqui alvo de uma breve análise que, evidentemente, não comporta todos os aspectos aí envolvidos. Trata-se, pois, de uma análise preliminar que busca entender o processo recente de metropolização de Manaus à luz das discussões acerca da integração regional sul-americana, da integração nacional, bem como da atual etapa de inserção da Amazônia na economia mundial, esta mais diretamente relacionada à sua internacionalização.

No nosso entender, a conjugação dos fatores acima apontados, culminando na metropolização recente de Manaus, apresenta como resultado o fortalecimento do que aqui será chamado de modernidade capitalista. Talvez não seja o mais importante demarcar o início desta modernidade capitalista, mas sim o momento de sua intensificação que, para nós, tem início com os grandes projetos de integração nacional: a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, a construção das rodovias Belém – Brasília e Brasília – Acre. Brasília, por si só, se apresenta como emblemática na questão da aventura modernista, concretizando um projeto arquitetônico-urbanístico que simbolizou a inserção definitiva do Brasil no chamado mundo moderno.

A continuidade desse processo de integração nacional apresentou diferentes capítulos, vinculados mais diretamente às ações tanto de governos militares, quanto civis, sobre a Região Norte. O estabelecimento da Zona Franca de Manaus (1967) e a implantação do Projeto Calha Norte (1985), são exemplos.

No âmbito da integração regional, cabe destacar a implantação do TCA (Tratado de Cooperação Amazônica), criado em 1978, tendo sido transformado, posteriormente, numa organização. A OTCA (Organização do Tratado de

Cooperação Amazônica), estabelecida a partir de 1995, teve como principal objetivo o fortalecimento institucional do antigo tratado, bem como a concessão de uma personalidade internacional ao mesmo.

Cabe ressaltar ainda que estas diferentes iniciativas, que em tese estariam vinculadas a uma concepção de caráter nacionalista acerca da Amazônia, não foram suficientes para impedir a proliferação dos interesses de grandes grupos capitalistas internacionais, e mesmo nacionais, já que estes também trabalharam no sentido do estabelecimento da mesma lógica de exploração dos recursos da região. Mais do que isso, a própria ação governamental tratou de incentivar a ação destes grandes grupos capitalistas.

O resultado daí obtido foi o aprofundamento das influências nefastas da modernidade capitalista sobre a população pobre da região, reforçada ainda pela vigência da concepção neoliberal.

De mais ou menos duas décadas para cá, o aprofundamento da inserção do Brasil no circuito capitalista internacional, agravado pela influência do neoliberalismo, vem contribuindo decisivamente para a aceleração do processo de urbanização e, a reboque, de metropolização de áreas ou regiões mais interioranas. A introdução de novas condições materiais de produção, vinculada a essa inclusão de parcelas do território ainda fracamente exploradas, vem transformando profundamente os modos de vida tradicionais. A questão que se põe é a de analisar se tais transformações trouxeram benefícios efetivos para a maior parte da população da região, bem como os riscos quanto à sua soberania.

Primórdios do século XX no Brasil: avanço da urbanização no ritmo da modernidade capitalista.

Se até o século XIX o processo de urbanização no Brasil era ainda incipiente, nas primeiras décadas do século seguinte a realidade das metrópoles já se fez presente.

No caso específico da cidade de São Paulo, a literatura a respeito registra o rápido crescimento populacional corroborando a importância econômica decorrente principalmente dos negócios do café. Langenbuch (1971) analisa esse expressivo crescimento partindo do final do século XIX até chegar à década de 1940, momento em que para o autor, São Paulo já se encontra na condição de metrópole. Sevckenko (2003) entende que nos anos 1920 a capital paulista está em sintonia com uma produção cultural que a vincula à modernidade, um processo de transformações profundas caracterizado principalmente pela ascensão do modo de vida urbano e seus signos (como exemplos a presença dos teatros e cabarés, dos

arranha-céus, dos automóveis, do culto ao físico). Azevedo (1954) dirige importante estudo em que vários autores analisam diferentes aspectos que vieram a contribuir para a consolidação da metrópole paulista (transportes, atividade industrial, expansão das periferias, etc.). Num estudo mais recente, Seabra (1987) analisa as profundas transformações no processo de ocupação da várzea do rio Pinheiros, decorrente do monopólio na produção de energia elétrica por parte da empresa Light and Power, que também controlava os serviços de transporte público de então (até aproximadamente a década de 1930), constituído nesta época por bondes.

Outro momento crucial, tanto no que respeita à continuidade do processo de metropolização (cuja mola propulsora por sua vez, é a continuidade do processo de urbanização) quanto à integração mais efetiva do território brasileiro, foi a Revolução de 1930. A substituição de uma oligarquia agrário-exportadora por outra, guiada por um pensamento mais voltado para o incremento da atividade industrial no país, viabilizou o processo de concentração e centralização do capital industrial na região Sudeste, principalmente nos estado de São Paulo, tendo como seu corolário o comando econômico do território brasileiro. Surge, então, a situação em que a periferia encontra o seu centro (superando o estágio definido por Holanda (1995) para o Brasil anterior a 1888, considerando-o como uma “periferia sem centro”).

A necessidade capitalista em se viabilizar a partir do estabelecimento de diferenças econômicas ganha sua expressão espacial. Ou seja, a distribuição da riqueza se espacializa constituindo hierarquias entre os diferentes espaços, daí o estabelecimento dos centros e periferias.

Grosso modo, a literatura atinente aos estudos de urbanização (incluindo-se a aqui citada) define por centro, o lugar melhor dotado em termos de serviços e infraestrutura urbana, variando os casos, também de atividade industrial. Por periferias designam-se os lugares mais afastados das áreas centrais, pouco dotados de serviços e equipamentos urbanos.

As preocupações crescentes em relação à excessiva concentração e centralização industrial em São Paulo levaram as autoridades governamentais, em nível federal, a tomarem iniciativas no sentido da desconcentração industrial, o que em tese deslocaria parte do parque industrial da região Sudeste para outras regiões do país.

No entanto, os resultados dessa iniciativa foram tímidos devido, principalmente, ao desinteresse das grandes empresas em sair desta região

(Sudeste), dado à existência, na mesma, de vantagens comparativas importantes.

Esse aspecto não inviabilizou totalmente o crescimento da atividade industrial em outras regiões. Em termos comparativos, todas as grandes regiões brasileiras apresentaram dados percentuais positivos, levando-se em conta o período que vai da década de 1940 à década de 1990. É evidente que a Região Sudeste apresentou, no geral, resultados mais expressivos.

Do ponto de vista do processo de metropolização, houve também crescimento, sendo inclusive menos concentrado do que o crescimento da atividade industrial. Esse fato é confirmado a partir dos resultados dos dois últimos censos. As duas maiores metrópoles do país, São Paulo e Rio de Janeiro, apresentaram relativa estagnação, em termos de crescimento populacional, enquanto que regiões metropolitanas como as de Salvador, Fortaleza e Recife, apresentaram crescimento. Cabe lembrar ainda o crescimento populacional significativo das cidades médias, também em diferentes regiões do país.

Recorre-se a estes dados, pois industrialização e metropolização não são fenômenos excludentes (normalmente a metrópole abriga os chamados ambientes inovadores de centros de pesquisa tecnológica, marketing, escritórios administrativos, etc.).

Ao se observar, nos últimos anos, o aumento do interesse estrangeiro em investir no Brasil, deduz-se que essa projeção internacional vincula-se ao fato de sua vastidão territorial, associada à riqueza de seus recursos naturais e ao seu mercado interno, oferecerem ainda enormes possibilidades de auferir margens de lucros encontradas em poucas regiões do planeta.

Cabe então a discussão envolvendo a dimensão do território brasileiro e as possibilidades de um processo de metropolização mais disseminado.

Integração em infraestrutura na América do Sul e metropolização disseminada no território brasileiro.

O fato de se afirmar aqui que o fenômeno metrópole se acha mais presente ao longo do vasto território brasileiro, não elimina a posição de liderança e o papel de principal nexos deste mesmo território com o capital atuante na escala planetária. Dessa maneira, São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, mantêm inalteradas suas posições no contexto da integração brasileira face à atuação do capital internacional.

O que parece notório, não só em função dos interesses econômicos em relação ao território brasileiro, mas também devido à sua importância geopolítica

no contexto da América do Sul, é a condição de metrópole alcançada por algumas cidades brasileiras, inclusive estando algumas destas fora do chamado Centro-Sul do Brasil.

É este o caso da cidade de Manaus, que há cerca de três décadas não era classificada enquanto uma metrópole brasileira. Considerando ainda esse período, na Região Norte brasileira apenas Belém, capital do estado do Pará, era considerada metrópole. Ao se observar os dados do censo do IBGE das últimas três décadas, se constata a consolidação da metrópole de Manaus, ultrapassando em tamanho inclusive a metrópole de Belém.

Blocos econômicos, interesses imperialistas e integração sul-americana

A dimensão territorial e também a liderança econômica do Brasil no contexto da América do Sul levam as diferentes áreas fronteiriças ou próximas a elas a exercerem uma influência (aqui considerada a de caráter econômico) sobre países vizinhos, bem como as mesmas são influenciadas por eles. Nos últimos anos esse processo se intensificou.

Pode-se considerar o surgimento do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), criado oficialmente no ano de 1985, como um marco nesse sentido. No entanto, as relações comerciais mais intensas vinham ocorrendo mais no chamado “Cone Sul”. Estas, porém, não inviabilizaram a intensificação comercial com outros países do subcontinente, alguns destes países inclusive requerendo sua entrada no MERCOSUL. Além dessa iniciativa, surge também a proposta de uma integração sul-americana mais efetiva, fruto, inclusive, de acordos bilaterais ou mesmo sub-regionais: a UNASUL (União das Nações Sul-Americanas), formalizada enquanto organismo internacional no ano de 2008, é fruto dessa discussão de integração sul-americana.

Diante de tal quadro, diferentes frações do território brasileiro mantêm posição de submissão em relação à metrópole nacional (São Paulo), porém, e ao mesmo tempo, apresentando relativa autonomia em função da intensificação de trocas comerciais com países vizinhos. Torna-se necessário observar que a intensificação destas trocas comerciais relaciona-se a diferentes contextos nos diferentes recortes temporais. Sendo assim, a ascensão de governos considerados progressistas e menos submissos aos interesses imperialistas norte-americanos, nas últimas décadas, na América do Sul, concorreram para uma tentativa mais efetiva de consolidação tanto do MERCOSUL, da UNASUL, bem como de acordos bilaterais envolvendo países fronteiriços da sub-região, combatendo a consolidação dos interesses postos na ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Analisando as

tendências na constituição de acordos econômicos e diplomáticos interestatais, Costa define o contexto do continente americano da seguinte forma:

Do ponto de vista político (ou geopolítico), entretanto, o mais interessante desses processos que se desenvolvem no continente na atualidade, é aquele representado pelo conjunto de iniciativas e articulações envolvendo a América do Sul e que estão promovendo-a rapidamente para a posição de uma região geopolítica, isto é, uma entidade política transnacional dotada de unidade mínima e arcabouço institucional baseados em princípios e macro-objetivos comuns nas relações internacionais (COSTA, no prelo).

No bojo dessa divergência de interesses postos para a sub-região, surgiram programas que também passaram a corporificá-la. Para a presente análise, cabe ressaltar a criação da IIRSA – Iniciativa de Integração de Infraestrutura Regional Sul Americana e seu impacto sobre Manaus, metrópole que apresentou expressivo crescimento nos últimos anos e, conforme apontado acima superou a metrópole de Belém, no contexto da Região Norte do país.

A IIRSA foi criada no ano de 2000, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Esse período foi caracterizado pela tentativa de sobrevivência do projeto neoliberal na América do Sul.

Sendo implantado no Brasil, de maneira mais efetiva, a partir da segunda metade dos anos 1980, o projeto neoliberal caracterizou-se tanto pela efetivação das privatizações de empresas que até então eram estatais, quanto pela ampliação da abertura dos mercados dos países do continente americano.

Tendo os Estados Unidos como o principal promotor das políticas neoliberais no continente americano, e observando que o estabelecimento da ALCA não conseguiu vingar, a IIRSA passou a ser concebida como um projeto que substituiria, ao menos em parte, o projeto da ALCA. Um dado que reforçaria essa tese é a posição geográfica da atuação da IIRSA. Sendo um programa que reforça a integração entre o Brasil e os países que compõem a Amazônia, verifica-se a posição estratégica do mesmo, situando-se ao centro do continente americano e, conseqüentemente, facilitando a integração entre as porções setentrional e meridional.

Por outro lado, a política externa brasileira para a região nos últimos anos, vem procurando consolidar e ampliar o MERCOSUL, ao mesmo tempo em que procura estabelecer acordos bilaterais, bem como o reconhecimento de outros blocos econômicos regionais que possibilitem a ampliação da aproximação entre o Brasil e os países vizinhos, como é o caso da UNASUL. Nesse sentido, observou-se uma guinada na discussão acerca dos países abrangidos pela Amazônia, a partir da

ascensão de alguns governos considerados progressistas na região. Essa guinada tem a ver com o fortalecimento do Tratado de Cooperação Amazônica – TCA, que ganhou status jurídico a partir de 1998, quando foi instituída a OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

A partir do início dos anos 2000, momento em que ocorre a ascensão de governos considerados progressistas em alguns países da América do Sul (incluindo-se aí o Brasil), a IIRSA passou a ser tratada como parte de uma política de amplo alcance na região, porém estando submetida às diretrizes da OTCA. Nesse sentido, os países membros da OTCA reconhecem a importância da IIRSA; no entanto, os diálogos diplomáticos entre as partes envolvidas destacam a necessidade de manutenção da soberania dos países participantes, expressando, portanto, atenção face aos interesses norte-americanos na região que, de acordo com algumas interpretações (como no caso do governo venezuelano), estariam corporificados na IIRSA.

Essa movimentação estratégica em torno da IIRSA apresentou desdobramentos sobre o processo recente de metropolização de Manaus. A capital amazonense ocupa uma posição estratégica frente às transformações em curso na região amazônica. Esses fatos concorreram para o aumento da população manauara, em boa parte decorrente dos fluxos migratórios das zonas rurais do estado do Amazonas e mesmo de outras regiões do país.

No entanto, esse afluxo populacional foi fundamental também para o aumento dos problemas urbanos já conhecidos de outras épocas e registrados em outras regiões do país. Manaus vem passando por uma modernização (tardia) que implica na instalação de novas condições materiais de produção que, por conseguinte, levam à determinação de outro modo de vida (se comparado com o modo de vida ainda presente nesta cidade antes da intensificação de seu processo de metropolização). Essas novas condições materiais de produção trazem à tona o modo de vida urbano em sintonia com a própria globalização, que entra em choque com os modos e costumes regionais, ratificando a necessidade do capital posta a partir da intensificação da modernização manauara. Uma das consequências destas transformações é a intensificação da presença da propriedade privada enquanto instituição. Essa intensificação deve ser entendida no sentido amplo, pois vai além da propriedade privada do solo, alcançando, por exemplo, serviços que até então eram praticados por empresas públicas, como o serviço de distribuição de água e esgotamento.

A necessidade de modernização da infraestrutura de Manaus vem concorrendo para a aceleração de seu processo de metropolização. Nesse sentido,

Manaus reforça a sua condição de centralidade no contexto regional. No entanto, essa metropolização vem acompanhada dos signos já postos em prática em outras localidades e que são mantidos agora em Manaus a despeito das experiências mal sucedidas em outras regiões do país. Um destes signos é a privatização de serviços essenciais à população, como o de distribuição de água acima citado. A privatização desse serviço não resultou nem na sua ampliação e muito menos na melhoria dos serviços oferecidos à população, ou ainda dos preços das tarifas a serem cobrados. Como resultado, observa-se que, paradoxalmente, numa região com enorme oferta de água doce, o seu acesso tornou-se cada vez mais dificultado.

Cabe, portanto, a análise acerca das transformações sofridas por Manaus nos últimos anos, sem perder de vista a articulação ainda capitaneada pela metrópole nacional (São Paulo) sobre o conjunto do território brasileiro. Não se nega a primazia da metrópole de São Paulo sobre o conjunto do território brasileiro. No entanto, entende-se, aqui, que a consolidação de algumas metrópoles regionais brasileiras (Manaus e Belém, por exemplo) é devida também à demanda e peculiaridade regionais, o que, no caso analisado, consiste numa metropolização que mantém os graves problemas já registrados em outras épocas, como a expansão de áreas periféricas resultando numa profunda segregação socioespacial.

Dessa maneira, verifica-se a inserção de Manaus no cenário internacional enquanto uma metrópole que se moderniza, porém, ampliando as desigualdades socioespaciais. Essa inserção refere-se, primeiro, à quantidade de recursos existentes na região e que desperta a cobiça do capital internacional e nacional e, segundo, devido ao apelo do discurso ambientalista, necessário, porém, muitas vezes obscuro quanto aos objetivos a serem alcançados.

É importante observar que o significado dado à dimensão territorial não pode ser associado ao discurso determinista. Trata-se, antes, de considerar as relações sociais dando-se numa condição variada de acordo com a ordem de grandeza observada e que, necessariamente, devem também se relacionar às condições materiais de produção, que se modificam a medida que os diversos interesses se acham mais presentes. Um aspecto que materializa essa diversidade de interesses é o próprio processo de metropolização ora verificado em Manaus. Dessa metropolização emergem os diferentes atores envolvidos na trama: o Estado, as corporações transnacionais, grupos políticos e/ou econômicos que atuam nas diferentes ordens de grandeza (local, regional, nacional e também mundial), a população local e seus traços culturais, dentre outros.

Essa observação é importante, pois os projetos dos diferentes atores são, evidentemente, distintos, contemplando diferentes interesses: estratégicos,

econômicos, políticos, culturais, sociais, etc. Além disso, a relevância maior dada a um ou outro fator pode implicar em riscos, como o de uma análise que estabeleça a separação entre geografia e geopolítica:

A naturalização do Estado e do espaço pelo determinismo geográfico e a reação extrema a essa postura criam, assim, um impasse para a análise das relações entre o espaço e o político e a sociedade em geral. Ora se considera o espaço como determinante da ação humana e o Estado como única fonte de poder, ora se nega essa determinação, substituindo-a pela econômica, mas sem precisar o papel do espaço e do Estado nessas relações. E mais: tal impasse é simplificador do real, na medida em que não abre espaço para a identificação de novas fontes de poder e para a imprevisibilidade dos processos sociais (BECKER, 1988, p. 100).

No entanto, essa dimensão de análise, *foucaultiana*, não deve ofuscar a prevalência de relações que, do ponto de vista estritamente econômico, são relações capitalistas, ainda que as formas de sua manifestação variem. A existência de trabalho escravo e relações societárias particulares, como o coronelismo, são exemplos destas manifestações que, em princípio, se põem enquanto negações do capitalismo, mas que, na prática, acabam por fazer parte da engrenagem que movimentam o modo de produção capitalista numa escala ampliada.

Considerações finais

O intuito das considerações aqui expostas é mostrar que o território é um dado a ser levado em conta, ainda que deva ser tomada a cautela de não concebê-lo à maneira do tradicional discurso do determinismo geográfico. Logo, se, até o século XIX, as dificuldades concretas de integração territorial eram de fato tanto um risco à sua dissolução quanto um dado que reforçava, em alguns casos, uma integração econômica com países vizinhos, hoje podemos vivenciar a retomada dessa realidade, a despeito dos fins serem outros. Até o século XIX as iniciativas integradoras de frações do território brasileiro resultavam, muito mais, da necessidade da sobrevivência regional ou local, iniciada de maneira mais intensa com a Revolução de 1930, seguida do sucessivo avanço para o oeste, chegando aos programas implantados durante o regime militar e mesmo em governos civis (Calha Norte, por exemplo), até a hegemonia da metrópole paulista no que respeita ao comando econômico do território nacional. Observa-se uma recente postura diplomática do Brasil na direção de uma integração mais efetiva junto aos países da América do Sul. Essa integração vem influenciando no fortalecimento de metrópoles regionais (Belém e Manaus são exemplos na região norte) que, a despeito da efetivação da integração territorial brasileira acabam por retomar,

num outro contexto, o primado destas nas ordens de grandeza regional e local.

A consolidação de Manaus enquanto metrópole abre a perspectiva de investigação que, dentre outros significados, traz novamente aquele da modernidade capitalista, retomando um movimento já verificado nas metrópoles nacionais de São Paulo e Rio de Janeiro: o da formação de suas periferias. A ascensão de Manaus à condição de metrópole representa outro patamar no uso e ocupação do território brasileiro, mas também pautado no fortalecimento da propriedade privada enquanto instituição. Esse patamar coloca a necessidade de integração com países vizinhos, tendo como premissa a soberania sobre seus respectivos territórios, bem como os riscos que uma integração efetiva traz, principalmente no que respeita aos interesses internacionais e privatistas sobre a Amazônia.

A extensão do tecido urbano ao longo do vasto território amazônico, ainda que difícil de ser mensurada, já apresenta consequências para a população da região, em específico a de Manaus, onde este se mostra mais presente. Aí se observa um processo de metropolização que tanto é influenciado por decisões governamentais no âmbito nacional, quanto pelas iniciativas de integração por parte dos países que compõem a Amazônia, quanto pelas iniciativas do capital internacional e privatista que, investindo na possibilidade de melhoria da infraestrutura da região, busca concretizar o “livre comércio” (que, na verdade, se consubstancia na ampliação de determinados monopólios) e as possibilidades de exploração da mão de obra e dos recursos da região.

Desse último ponto de vista, o que se pode esperar é a constituição de uma materialidade que viabilize mais a metrópole que distancie o cidadão das possibilidades concretas que o urbano oferece. O que permanece é a metrópole enquanto produto, aquela que perpetua a segregação socioespacial, e que, dessa forma, inviabiliza o cidadão comum de nela se reconhecer.

Bibliografia

- AZEVEDO, Aroldo de (org.) *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo, 1954.
- BECKER, Bertha K. A geografia e o resgate da geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, ano 50, número especial, pp. 99-126, 1988.
- COSTA, Wanderley Messias. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração, *Confinis*, n. 7, 2009.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- LANGENBUCH, Juergen R. *A estruturação da grande São Paulo – Estudo de Geografia urbana*. IBGE, Rio de Janeiro, 1971.
- SEABRA, Odette C. de L. *Os meandros dos rios nos meandros do poder. Tietê e Pinheiros – Valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado), FFLCH/USP. São Paulo, 1987.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*, Cia. das Letras, São Paulo, 2003.

Sobre o autor

André Luiz Carvalho: mestre em ciências humanas pela USP (Universidade de São Paulo) e doutor em geografia humana pela mesma universidade, atualmente é professor e diretor do curso de geografia da UnG (Universidade Guarulhos).

* * *

ABSTRACT

The regional integration on setentrional portion of South America and the capitalist modernity in Manaus' metropolis.

The intensification of the process of internationalization of the Amazon relates to different agreements and economic blocs, with development about Manaus. In this sense, internationalization and metropolis arise as simultaneous processes in the case of Manaus, as the latter ends up playing the role of center, compared to foreign investment and even of large national groups. The process of metropolization currently verified in Manaus has been causing a deepening of the implementation of capitalist modernity, characterized by the imposition of an urban way of life which deprives the most population of the region's real benefits that this way of life can offer. It is then that the capitalist modernity expands it the sociospatial segregation. Thus, the current metropolization Manaus is marked both by the privatization of essential services to the population, such as water supply and sewerage, but also by expanding its periphery. The proposed integration for the South American countries that make up the Amazon, from the IIRSA, raises both in favor and contrary positions. In this regard, programs such as IIRSA should be analyzed taking into account the threat posed to traditional ways of life of the region, as well as the very sovereignty of Brazil.

KEYWORDS: regional integration, capitalist modernity, metropolization, periphery.

RESUMEN

La integración regional en la porción septentrional de la América de Sul y la modernidad capitalista en la metrópoli de Manaus.

La intensificación de los procesos de la internacionalización de la Amazonia se relacionan a los diferentes acuerdos como también a los bloques económicos con consecuencias para Manaus. En este sentido, la internacionalización y la metrópoli surgen como procesos simultáneos en el caso de Manaus, ya que éste termina jugando el papel de centro, en comparación con la inversión extranjera e incluso de los grandes grupos nacionales. El proceso de metropolización verificado actualmente en Manaus viene trayendo profundidad en la implantación de la modernidad capitalista, caracterizado por la imposición de un tipo de vida urbano que distrae a la mayoría de la población de la región de los reales beneficios que este modo de vida puede ofrecer. Y a partir de ai que la modernidad capitalista amplía la segregación del espacio urbano y social. De esta manera, la actual metropolización de Manaus es marcada tanto por la privatización de los servicios esenciales a la población, como la oferta de agua y alcantarillado, también por la ampliación de las periferias. El proyecto de integración de los países sudamericanos que conforman la Amazonía, de la IIRSA, plantea posiciones a favor y en contra. En este sentido los programas como la IIRSA deben ser analizados tomando en cuenta la amenaza causada por los tipos de vida tradicional de la región, como la propia soberanía del Brasil.

PALABRAS CLAVE: integración regional, modernidad capitalista, metropolitana, periferia.

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>

Artigo recebido em setembro de 2011. Aprovado em janeiro de 2012.